

Prefácio

Meu objetivo, a princípio, era rastrear a figura do Informante Nativo através de várias práticas: filosofia, literatura, história, cultura. Rapidamente descobri que esse rastreamento revelava um sujeito colonial que se descolava do Informante Nativo. Depois de 1989, comecei a perceber que determinado sujeito pós-colonial estava, por sua vez, recodificando o sujeito colonial e se apropriando da posição do Informante Nativo. Hoje em dia, com a globalização em plena marcha, a informática das telecomunicações aciona diretamente o Informante Nativo em nome do saber indígena e promove a biopirataria. Assim sendo a apropriação que vejo em funcionamento no Capítulo 1 continua, e ainda mais agressiva. A *Encyclopedia of Life Support System* [Enciclopédia dos sistemas que sustentam a vida] criada pela UNESCO “define” o período aborígine da história humana como o “período de tempo do passado remoto [...] associado com abordagens inativas nas quais não há interesse pela degradação ambiental e sustentabilidade.” Obviamente era tão impossível para aborígenes pensar em sustentabilidade como era para Aristóteles “decifrar [...] o segredo da expressão de valor”, devido à “limitação histórica inerente à sociedade na qual ele(s) vivia(m)”¹. Ainda assim a filosofia prática de viver no ritmo do eco bioma [*ecobiome*] deve agora ser rejeitada como “sem interesse”.

Possuído por essa dinâmica, meu livro mapeia os avanços de uma praticante desde os estudos do discurso colonial até os estudos culturais transnacionais. Essa última posição, uma “base móvel” sobre a qual me posiciono conforme o texto procura captar o presente evanescente, se afirma nas notas de rodapé narrativas. Alguns leitores acharão que isso é irritante e confuso; outros, espero, compartilharão o desafio. A leitora hipotética cuja face se revela no Capítulo 4 é muito diversificada para se lhe atribuir um interesse definitivo, uma preparação definitiva. Baseada em minha própria formação incerta, às vezes evoco a leitora que consulta dicionários para novos estudos culturais. O livro também tenta abordar a “ignorância sancionada” das elites teóricas e do “praticante” acadêmico com estilo próprio. As sanções também são de procedências heterogêneas. Assim sendo a posição do leitor é tão insegura quanto a da escritora. Mas afinal não é essa a condição de todos os textos, que oferecem resistência para serem escritos e lidos?

O primeiro capítulo examina a filosofia: como Kant foracluiu [*foreclosed*] o aborígine; como Hegel situou o Outro da Europa dentro de um modelo de desvios normativos; como Marx negociou as diferenças.

¹ *Encyclopedia of Life Support Systems: Conceptual Framework*. Whitstable: Oyster Press, 1997, p. 13; Karl Marx. *Capital: A Critique of Political Economy*, v. 1. New York: Vintage, 1976, p. 152.

O segundo capítulo faz a leitura de um punhado de textos literários para mostrar como o colonialismo e a pós-colonialidade são percebidos: Brontë, Mary Shelley, Baudelaire, Kipling, Rhys, Mahasweta, Coetzee. Na minha leitura, Mary Shelley se une aos três últimos da lista por não apresentar a ética da alteridade como uma política de identidade: uma lição para nossa luta. Hoje eu teria adicionado ao menos *Lucy* de Jamaica Kincaid, um poderoso texto paratático que não perde nada de seu gume vanguardista contra os exploradores, porque se atreve, ao final, a dissolver o nome próprio do personagem central através de uma alteridade que vai além de sua escolha, de maneira que pode reivindicar, no subjuntivo, o direito/responsabilidade de amar, negado ao sujeito que deseja escolher agência a vitimização.

O terceiro capítulo segue uma rainha da colina do século XIX através dos arquivos e pondera sobre a gestão da fogueira das viúvas. Eu deveria talvez mencionar que contém uma revisão de “Pode o subalterno falar?” o qual foi originalmente publicado em *Marxismo e a Interpretação da Cultura*, editado por Cary Nelson e Lawrence Grossberg (Urbana: University of Illinois Press, 1988).

O quarto capítulo examina a moda pós-moderna e o lugar da mulher na história do têxtil.

Além de *Pode o subalterno falar?*, versões anteriores de partes deste livro foram publicadas como segue: “The Rani of Sirmur; An Essay in Reading the Archives” [Rani de Sirmur: Um ensaio de leitura de arquivos], *History and Theory* 24, 3 (1985), pp. 247-272; “Three Women's Texts and a Critique of Imperialism” [Três Textos de Mulheres e uma Crítica do Imperialismo], *Critical Inquiry* v. XII, 1. Outono de 1985, pp. 243-261; “Imperialism and Sexual Difference” [Imperialismo e Diferença Sexual]. *Oxford Literary Review* 7, 1986, pp. 225-240; “Versions of the Margin: J. M. Coetzee's *Foe* reading Defoe's *Crusoe/Roxana*” [Versões da Margem. A Leitura feita por *Foe*, de J. M. Coetzee, de *Crusoe/Roxana*, de Defoe], em *Consequences of Theory*, editado por Johnathan Arac e Barbara Johnson, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1991, pp. 154-180; e “Time and Timing: Law and History” [Tempo e Timing: Direito e História], originalmente publicado em *Chronotypes*, editado por John Bender e David E. Wellbery, Stanford University Press, 1991.

Esses capítulos não se sustentam sozinhos. Estão frouxamente inseridos em uma corrente que pode ser descrita da seguinte maneira: os pressupostos filosóficos, escavações históricas e representações literárias do contexto dominante – enquanto compartilhados pelo pós-colonial emergente – também traçam uma emergência subliminar e descontínua do “informante nativo”: autóctone e/ou subalterno. Não se trata de palavra que se expressa no discurso, escrita e imagens da “literatura do terceiro mundo”. A maneira pela

qual se destaca da perspectiva impossível e das redes de resistência assim como dos objetos superexplorados é parte da história. A problemática do text-il [*text-ile*] parece conter uma coda. Na narração, a corrente se quebra frequentemente, mas os elos quebrados reaparecem, espero.

Este é um livro feminista. Temas feministas são “pré-emergentes” (palavras de Raymond Williams) no primeiro capítulo. Eles são a substância dos demais. No quarto, é oferecida uma crítica do feminismo universalista e culturalista contemporâneo.

Este livro pertence à mesma estante onde estão as obras de Bell Hooks: Deniz Kandiyoti, Ketu Katrak, Wahneema Lubiano, Trin-ti Minh-ha, Chandra Talpade Mohanty, Aiwah Ong e Sara Suleri. Durante os anos em que escrevi o livro, essas mulheres e outras que não citei aqui fizeram avançar imensamente os estudos feministas pós-coloniais. Suleri e eu nos concentramos mais nos textos da cultura dominante [*mainstream*]. Semelhanças sem citação entre o trabalho dessas estudiosas e o meu são prova de que estamos na mesma luta.

Mas eu me concentro em textos da cultura dominante ao mesmo tempo em que tento evidenciar qual subalterno é estrategicamente excluído da resistência organizada. O feminismo em que habitamos tem algo como uma relação com a tradição do contexto cultural dominante, ainda que adverso. Chandra Mohantry tem uma passagem eloquente a respeito da SEWA (Self-Employed Women’s Association) [Associação de Trabalhadoras Autônomas] em seu novo livro.² Foi precisamente por causa e apesar da repetida advertência que os dirigentes faziam à então jovem advogada Ella Bhatt – “Mas como você vai organizá-las? Essas mulheres não têm empregadores!” – que Bhatt criou a categoria “trabalhadora autônoma” e, como primeiro passo em seu projeto único e revolucionário, exortou essas mulheres a reunir uma soma mínima para fundar um banco. De outro maneira, elas teriam sido estrategicamente excluídas do movimento operário organizado. E hoje ouço Nicola Armatrod do Women’s World Banking [Banco Mundial das Mulheres] citar repetidamente o SEWA quando questionada sobre o trabalho social que o WWB realiza e a ouvi dizer que “Chandra Behn” do SEWA segurou sua mão dizendo que o WWB é a benfeitora delas! Tenho a crença de que treinar o hábito literário de ler o mundo pode ser uma tentativa de pôr um freio nesse triunfalismo de superpotência somente se não enxerga o reconhecimento de cumplicidade como uma inconveniência. Meu livro é portanto uma “crítica” na qual se examina as estruturas da produção da razão pós-colonial.

² Chandra Mohanty, “Women Workers and Capitalist Scripts: Ideologies of Domination, Common Interests, and the Politics of Solidarity,” in M. Jacqui Alexander and Chandra Talpade Mohanty, eds., *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*. New York: Routledge, 1997, pp. 26–27.

Sem esse poder de avançar com as melhores condições, somos pegos entre dois problemas: de um lado, teorias, ainda que sutilmente argumentadas, que apoiam a ideia de que mobilidade ascendente de classe – a mimese e a mascarada – é resistência sem mediação; de outro lado, a falha em “reconhecer [...] a passagem de uma era na qual o Ocidente, e, particularmente os norte-americanos, estavam dispostos a tolerar a retórica do terceiro mundo”.³ A tarefa do professor de análise literária situa-se na aporia de um rearranjo não coercitivo da vontade na medida em que estudante e professor oscilam entre a liberdade-diante-de e a liberdade-para; e não na celebração da vontade do poder de classe americano como resistência não mediada.

Assim sendo, embora Aijaz Ahmad e eu critiquemos o pós-colonialismo metropolitano, espero que minha posição seja menos localista, mais eivada de nuances e contemple o reconhecimento produtivo da cumplicidade. Sempre tento olhar além da esquina, para ver a nós mesmos como os outros nos veriam. Não, porém, no interesse da interrupção do trabalho, mas de maneira que o trabalho seja menos insular. O que continuo a aprender da desconstrução talvez seja idiossincrático, mas permanece sendo minha rédea.

Não sou erudita o suficiente para ser interdisciplinar, mas posso quebrar regras. Pode-se aprender algo com isso? É o que pergunto aos meus dois ex-alunos que sofreram durante boa parte do início deste livro na forma de ensinamentos em sala de aula: Jenny Sharpe e Tres Pyle. E pela última parte, meus agradecimentos aos três que tornaram possível meu outro aprendizado: Mahaswetadi, Farida, Farhad.

³ James Traub, “Kofi Annan’s Next Test”, *The New York Times Magazine*, March 29, 1998, p. 46.